

MATRIZ PARA FORMAÇÃO POLÍTICA EM SAÚDE MENTAL

Matrix for political training in Mental Health

Jeferson Rodrigues¹
Fernando Kimura²
Ana Claudia Pereira Muniz Cardozo³
Mariana Eleonora Behr Nunes⁴
Douglas Garcia⁵

Artigo encaminhado: 13/03/2023
Artigo aceito para publicação: 10/04/2023

Resumo: Objetivo: relatar o processo de elaboração de uma matriz de formação política junto a uma Associação de Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial II. Método: estudo descritivo, com abordagem qualitativa de dados e com um delineamento de relato de experiência de intervenção em campo realizada por acadêmicos de graduação em Psicologia. Realizou-se quatro encontros online com uma associação de usuários de um serviço de saúde mental e que seguiram a abordagem técnica de Grupos de Reflexão. Foi utilizado diário de campo e roteiros como instrumentos metodológicos para direcionamento da atividade. Resultados: elaborou-se uma matriz para formação política em saúde mental que permitiu um caminho para planejar, organizar, executar e avaliar esse tipo de atividade que é considerada fundamental para a participação social. Conclusão: a matriz de formação política produzida serve de recurso de referência técnica e por conseguinte ponto de partida para iniciativas que envolvam a formação política para fortalecer e ampliar o protagonismo, a cidadania e processos emancipatórios de associações de usuários(as) no campo da saúde mental.

Palavras-chave: Formação política. Saúde mental. Associação de usuários. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

A formação política no campo da saúde mental (FPSM) é uma prática reflexiva que busca desenvolver a consciência crítica por parte da(o) usuária(o) ou cidadã(o) para objetivos a serem desenvolvidos de acordo com sua

¹Psicólogo egresso do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. Professor do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. email: jeferson.rodrigues@ufsc.br

²Acadêmico do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. email: fe.kimura@gmail.com

³Psicóloga egressa do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. email: anaclaudia1501@hotmail.com

⁴Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. email: marianabehr.psico@gmail.com

⁵Professor do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. email: garcia douglas90@gmail.com

necessidade ético-político e existencial (RODRIGUES, 2011, p. 223). Entende-se que a FPSM contribui para militância e participação político-social, para o exercício da cidadania inventiva, da defesa de direitos e da dignidade humana, na intervenção no serviço de saúde mental, entre outros (VASCONCELOS; RODRIGUES, 2010; RODRIGUES, 2011, p. 223).

Isso porque, segundo Diehl et al (2006), é a partir da problematização do social, econômico e político, como campo de lutas e de estratégias, que se constitui um espaço possível para a convivência em um coletivo de singularidades, questionamentos de fronteiras e diferenças de certas formas de relações humanas e societárias. Logo, a FPSM é um desafio, tendo em vista as especificidades que advém da crise psíquica, do preconceito por diagnóstico, uso de psicofármaco, internação psiquiátrica, acompanhamento em serviço de saúde mental entre outros. Assim, a FPSM é um mecanismo que contribui para ampliar a reflexão, organização e atuação política no campo da saúde mental.

A literatura que se refere especificamente a formação política para associações de usuários no Brasil (Rodrigues et al, 2011; Rodrigues et al, 2006; Sousa et al, 2020; Vasconcelos, 2009; Vasconcelos e Rodrigues, 2010; Rodrigues e Peres, 2012) aduz que deve ser levado em consideração no processo de formação política o ambiente a ser realizado, as dinâmicas de organização que promovam integração, o método de implementação acessível aos envolvidos, o tempo para processar a partilha, a parte prática para consolidar o processo, tarefas para casa que complementem e que fortaleçam a formação, recomendações de literaturas, avaliações permanentes do processo a cada encontro e no todo, quando possível incentivo financeiro. Em que pese o contexto pandêmico, foi ausente produção científica que aliasse formação política, saúde mental e pandemia, assim, esse projeto será pioneiro nesse contexto.

Desta feita, primou-se neste estudo em responder ao problema definido pelo questionamento: quais as características do processo de construção de uma matriz de formação política com uma Associação de Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial II?

1.1 Objetivos

Relatar a experiência do processo de construção de uma matriz de formação política com uma Associação dos Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial II.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa de dados tendo por delineamento metodológico o relato de experiência de grupos de reflexão conduzidos por acadêmicos de Psicologia junto a uma associação de usuários de um CAPS II. A vivência adveio de uma intervenção teórico-prática como requisito avaliativo de uma disciplina de Psicologia Social. O interesse pela associação se deu pelos estudantes terem realizado atividade de grupo com a entidade em momento anterior. Dessa forma, foi feito contato com a associação e, de seu consentimento, foi formalizado a atividade acadêmica através de ofício com a entidade e elaborado um projeto interventivo supervisionado pelo professor de referência semanalmente no segundo semestre do ano de dois mil e vinte e um.

A Associação participante foi criada no ano de 2013 e tem seis gestões. Realiza reuniões semanais, possui estatuto, utiliza o espaço físico do CAPS II, possui uma diretoria e associados(as). Possui representação em conselhos de saúde e uma militância política reconhecida por algumas de suas lideranças. De certa forma, entende-se que para os membros do grupo avançarem como ação coletiva se faz importante a reflexão sobre recursos que possibilitem a mobilização e qualificação para realizar os objetivos institucionais e, dentre esses, a participação político-social.

Os critérios de inclusão estabelecidos para composição da participação na intervenção foram 1) associado(a) reconhecido pelos pares, isso observado pelos alunos nos encontros; 2) que tivessem interesse em participar dos encontros previamente agendados e 3) estar em condições (autodeclarada) de refletir e falar durante os encontros. Os critérios de exclusão foram participantes que não tivessem vínculo com a associação e estivessem em crise psíquica.

Para realizar as intervenções grupais com os participantes seguiu-se as quatro etapas de Grupos de Reflexão de acordo com Coronel (1997), a saber: (1) formulação da diagnose situacional (situar e entender a realidade do grupo

sobre o objeto estudado); (2) permissão do surgimento da configuração fantasmática (compreender a comunicação do grupo, as tensões, agravos e possibilitar a melhora de diálogo) e (3) devolutiva ao grupo (retorno sobre a intervenção realizada).

Os instrumentos para a realização do processo interventivo foram planejados e executados conforme o objetivo de cada encontro. Para o primeiro encontro, foi realizado um diário de campo para registrar o efeito da proposição da proposta. Para o segundo encontro foi realizado um roteiro com questões norteadoras, como por exemplo, (1) *o que vocês entendem por formação política?* e (2) *- quais são os elementos fundamentais que possam compor um processo de formação política a partir da realidade da associação?* Para o terceiro e quarto encontros foi utilizado o diário de campo para registrar as discussões gerais suscitadas no grupo.

O processo de coordenação dos encontros do grupo de reflexão foi planejado e executado a partir dos seguintes procedimentos: a) um aluno conduziu o encontro e o processo grupal, b) um aluno observou e ficou responsável pelo acolhimento de possíveis situações de desconforto (o que não houve), c) um aluno que registrou e sistematizou o encontro, e d) um aluno ficou responsável pelo monitoramento e suporte técnico para possíveis problemas de conexão ou tecnologia. Os grupos reflexivos se davam por questões disparadoras, diálogo, encaminhamentos e observação do processo, seja pelos encontros seja pelo processo como um todo.

O caminho para a realização da intervenção se deu com o envio do link da sala virtual Google Meet para o grupo de WhatsApp da associação e os participantes acessaram no dia e hora da atividade. Os encontros não foram gravados, conforme previamente acordado, por questões de privacidade e sigilo.

No primeiro encontro foi apresentado a proposta, discutido o que se entendia por formação política e o que precisa para sua realização. Os participantes trouxeram palavras, conceitos, experiências e relatos da participação política. Ao final foi realizada uma avaliação do encontro.

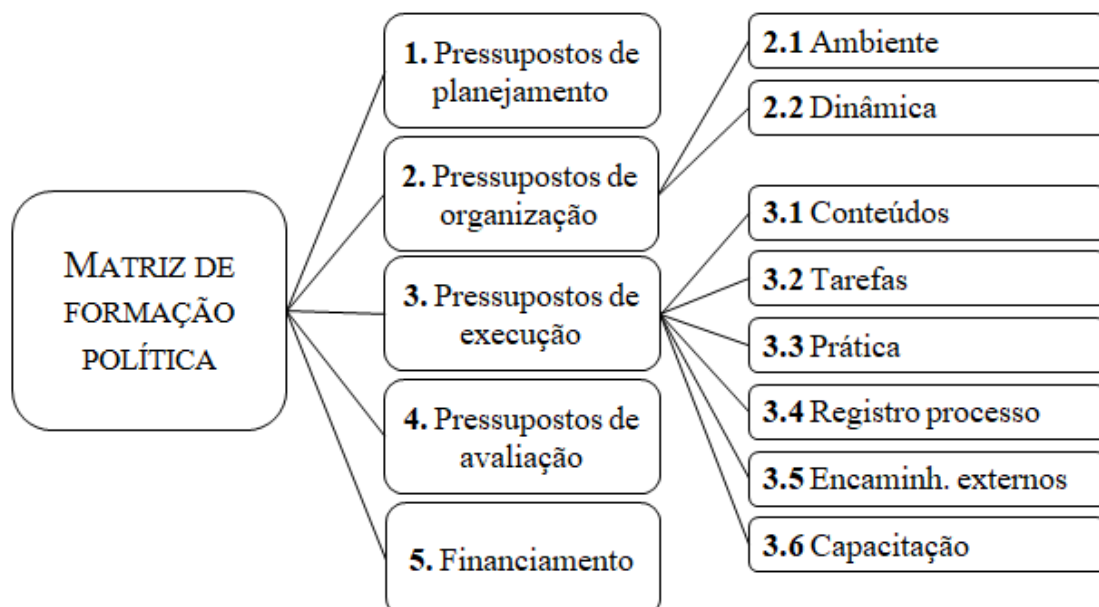
No segundo encontro foi disparado como a associação faria um curso de formação política para os associados, por onde começaria, o que levaria em conta? Refletiu-se as especificidades, os objetivos, os recursos, tipo de oferta

presencial-híbrido-online, conteúdos entre outros, também foi realizada avaliação do encontro. No terceiro encontro foi apresentado uma sistematização de ideias organizadas do primeiro e segundo encontros e mostrado através da plataforma, o que possibilitou debate, ajustes e novas proposições. Também foi realizada avaliação. No quarto encontro foi apresentado a matriz para planejamento de uma formação política em saúde mental e validada pelos participantes. Realizada avaliação de como foi a experiência como um todo, o que ficou para cada participante e o que iriam fazer com o resultado do processo. O documento final foi organizado e enviado à associação por correio eletrônico.

3 RESULTADOS

A partir dos encontros, uma matriz para formação política foi construída como resultado do processo interventivo. A matriz foi organizada com os tópicos planejamento, organização, execução, avaliação e financiamento. A figura 1 sumariza os resultados organizados nos tópicos e subtópicos identificados.

Figura 1. Sumarização dos tópicos identificados no processo de elaboração da matriz de formação política



Fonte: próprios autores, 2023.

3.1 Pressupostos para o planejamento

Em relação ao tópico de *pressupostos para o planejamento* (1) observou-se que toda formação política em saúde mental deve ser única/singular a cada realidade de associação. Ter um grupo motivado e interessado para conduzir o processo (grupo condutor/núcleo de planejamento) – associação como autogestora/gestora do processo. Clareza do porquê, para quê, como, onde, quem: elementos chaves para uma formação política em saúde mental, para considerar as diferenças dos segmentos que compõem a associação como usuários(as), familiares, estudantes, profissionais, voluntários, para que sejam respeitadas as especificidades particulares e coletivas.

Especificidades para se pensar a formação política em saúde mental, ou seja, o que a torna diferente das demais iniciativas de formação política: a dimensão social e de cultura da população a que se dirige; fortalecimento dos espaços de fala e escuta, considerar os processos subjetivos e de eventuais crises entre os participantes, situações de internações e uso de medicamento psiquiátrico, uso de substâncias lícitas e ilícitas; respeitar as especificidades de acessibilidade e deficiências, reconhecimento como pessoas de direito, respeitando suas singularidades, compreendendo seu papel político e buscando seu lugar na sociedade.

Objetivo da formação política em saúde mental: o que se quer com essa atividade, o que ela significa e representa para a associação. Como exemplo a autonomia, que considere a singularidade de cada participante e seu lugar na associação, espaço para formular opinião e crítica.

Realização de um censo ou levantamento de necessidades: avaliar o grupo sobre nível prévio de escolaridade e uso funcional atual de leitura e escrita; os possíveis recursos didáticos e de ensino-aprendizagem a serem utilizados, acessibilidade, inclusão, e formas de troca de experiências e conhecimento.

3.2 Pressupostos de organização

3.2.1 Ambiente a ser realizado

No subtópico *ambiente* (2.1) que esteve alinhado ao tópico de *pressupostos de organização* (2), observou-se a possibilidade de realização Presencial, híbrido ou remoto – considerar cada condição e recursos do

participante, inclusão digital (tipo de aparelho eletrônico, tipo de conexão e volume de dados a que têm acesso, instrumental para manejo, regras para uso de redes sociais), se fora ou dentro do espaço onde a associação se reúne (CAPS). Acesso, condição confortável - considerar cada condição e recursos do lugar e do participante (territorializados): acesso a água potável, banheiro, fácil acesso por transporte público, não interrupção por terceiros, nível de ruído ambiente, tipo de cadeiras disponíveis, quadro negro ou branco entre outros. Recursos logísticos, materiais, humanos, políticos e financeiros – o necessário para alcançar o objetivo do processo de formação política.

3.2.2 Dinâmica e funcionamento

Esse subtópico tratou sobre a disponibilidade das pessoas e acesso a meios de comunicação e recursos didáticos. Definição de datas e horários mais adequados para todos e cronograma. Contrato de frequência, assiduidade, tolerância de atrasos, quantos encontros, duração de cada encontro, justificativas de ausências. Combinação de participação, inscrição de falas. Dinâmicas de aquecimento que promovam integração e interesse em compartilhar conhecimento e experiências – a exemplo de dinâmicas artísticas culturais. Mediações em situações de conflito a partir de temas mais difíceis.

3.3 Pressupostos de execução

O tópico de execução referenciou o tipo de método de implementação acessível aos envolvidos – formas de interatividade, recursos e usos de mídia, a exemplo da educação popular (saber dos/as usuários/as, familiares e conhecimento científico de forma horizontalizada). Estabelecimento de parcerias com outras entidades e trazer convidados/as para condução ou troca de experiências e conhecimentos nos encontros. Objetivo do processo de formação política em saúde mental - o que se quer com a formação? O processo se planeja a partir do objetivo coerente com a necessidade da realidade e contexto da associação. Conceito de formação política em saúde mental a partir da realidade e objetivo.

3.3.1 Parte teórica e conteúdos

O subtópico da parte prática se refere a ter critério de escolha – a depender do objetivo. Materiais didáticos - literatura, livros, artigos, blogs para estudo, documentários, filmes e vídeos (uso de mídias), uso de material iconográfico (imagens e símbolos) dos temas envolvidos com critério de escolha. Materiais produzidos por usuários/as da saúde mental e estudiosos que passaram, também, pela experiência da crise.

Alguns exemplos de conteúdos: história da associação, da saúde mental, legislações, direitos humanos, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Previdência Social, direitos e deveres, textos do Franco Basaglia, luta antimanicomial no Brasil e mundo, movimento de associações e suas tendências, saberes e vivências populares e integrativas do(a) usuário(a) e familiar da saúde mental e luta antimanicomial, artísticos culturais, protagonismo de usuários e familiares, estratégias e formas de lutas por direitos como o manual de direitos e deveres em saúde mental, álcool e drogas, em especial o capítulo 6. Definir qual a didática a ser utilizada com o grupo para realizar o processo de apreensão/apropriação do conhecimento para dar conta do conteúdo – a exemplo de roda de conversa sobre conteúdo/texto, leitura coletiva.

3.3.2 Tarefas

Tarefas para casa

Esse subtópico visou atividades que complementassem a formação, a começar pelo critério de escolha para quais tarefas e posterior retomada, que pode ser como retorno a produção de um resumo e partilha em grupos e com mediador/facilitador. Recomendações de leituras e saberes que promovam formação permanente.

3.3.3 Prática

Parte prática

Esse subtópico contemplou uma parte para consolidar o processo, a começar pelo critério de escolha e como montar práticas coerentes com o objetivo e com rodas de conversa, a exemplo de oficinas para aprender a fazer eventos, encontros, projetos para busca de financiamento junto a entidades

parceiras para que a associação tenha mais autonomia, visitas a espaços como a câmara de vereadores, assembleia legislativa entre outros.

3.3.4 Registro do processo

Nesse subtópico se revelou a importância do registro de todo o processo, quais tipos de registro do processo de formação e das atividades de um coletivo ou associação, e indicação para que alguém faça o registro por encontro.

3.3.5 Propostas de encaminhamentos externos durante e após a formação política

Esse subtópico iniciou com o questionamento: o que querem fazer depois do processo de formação política? Construção de meios de comunicação entre os/as participantes sobre formação antes, durante e após a experiência. Formas de disponibilização mais ampla para outras associações – como disponibilizar a experiência para outras associações.

3.3.6 Formas de capacitação e educação permanente

Esse subtópico indicou a reflexão sobre a continuidade do processo que deve ser permanente, quais conteúdos e quais meios possam manter a continuidade do processo.

3.4 Pressupostos para Avaliações

Esse tópico contemplou a reflexão sobre as Avaliações Permanentes e de Resultado do processo. A cada encontro fazer uma avaliação de como foi – pensar indicadores que avaliem o encontro; quem deve fazê-la (coordenação ou também os participantes) e dispositivo para fazê-la (roda de conversa, pequeno formulário, entre outros). No último encontro, retomar os objetivos da formação política, pensar previamente indicadores que avaliem o processo como um todo e a forma de avaliação e implementação.

3.5 Financiamento

Esse tópico se refere a quando possível contemplar o incentivo financeiro, a depender de: Elaboração de projeto e captação de recursos –

podendo ser público ou de outros recursos sem fins lucrativos conforme a Lei 13.019/2014 (Brasil, 2014), lei que define esse campo.

Afirma-se que essa matriz foi Validada e Finalizada entre alunos do Curso de Graduação em Psicologia e a Associação dos Usuários do CAPS II.

4 DISCUSSÃO

A matriz de FPSM elaborada e sistematizada a partir da vivência entre estudantes de Psicologia e a associação de usuários(as) se trata de um ponto inicial para estimular e organizar associações para sua participação social e militância política. Isso porque, parte-se da ideia de associações já instituídas e, formar lideranças e quadros para atuar na militância político-social, será um passo seguinte para ampliar protagonismos.

Pode-se afirmar que a FPSM está inserida em estratégias de empoderamento. Segundo Vasconcelos (2003, p. 55) empoderamento constitui o “aumento de poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais submetidas a relações de opressão, dominação e discriminação social”.

Ainda, para Vasconcelos (2021, p. 175), o processo de empoderamento possui uma dinâmica mais geral que contempla a) cuidado de si, b) ajuda mútua, c) suporte mútuo, defesa de direitos, d) luta contra discriminação e estigma, e) participação, controle social e militância. Vasconcelos (2021) observa que é importante incluir estratégias auxiliares no processo de empoderamento como narrativas pessoais de vida com o transtorno/sofrimento psíquico e o plano e cartão de crise, pois colaboram com o cuidado de si, do cuidado com o outro e do outro consigo.

Entende-se que mesmo a FPSM incluir-se diretamente na dimensão participação social e militância política, esta é transversalizada por todas as dimensões de empoderamento. Com isso, é pertinente a cada associação refletir seus processos internos e construir em coletivo processos de formação que contemplem o empoderamento mais amplo. Assim, em uma perspectiva crítico-reflexiva, sabe-se que cada associação possui uma realidade peculiar a seu contexto no Brasil (Vasconcelos, 2009) e que se deve considerar a análise de conjuntura que incide a cada momento histórico de maneira diferente na

vida das pessoas e na sociedade. A leitura política e a análise de conjuntura são mecanismos para iniciar processos de FPSM e, para isso, existem diversos métodos para contemplar essa ação.

A construção da FPSM, ao passo que é fundamental para ampliar o questionamento social, político e econômico e lutar por proposições e implementação de políticas públicas, é uma tarefa complexa e árdua tendo em vista as relações de interesse, apoios necessários e parcerias para lidar com essa performance para cidadania. Logo, a cogestão de processos de FPSM é importante pois há uma diversidade de características de associações e que o diálogo entre gestores, trabalhadores, usuárias(os), familiares, estudantes, apoiadoras(es) fortalece iniciativas como a relatada. Sabe-se que o diálogo não é passivo, mas exige mediações para lidar com conflitos e a democracia.

Assim sendo, a partir das discussões nos encontros, para realizar uma proposta de FPSM, se faz necessário o desejo, interesse, vontade para que um grupo condutor possa protagonizar e estimular a associação. Destacou-se o interesse em realizar uma experiência piloto a partir da matriz de FPSM de maneira conjunta com instituições parceiras como universidades, organizações não governamentais, poder legislativo entre outros.

Todavia, antes da realização da FPSM, a associação pode fazer um planejamento estratégico para se ter um diagnóstico das necessidades e desafios da associação, para que haja fortalecimento de identidade e pertencimento entre os associados(as) e um plano de ação organizado e comungado por todos(as). Embora se tenha um lugar social de associado(a) deve-se levar em consideração a singularidade de caso a caso.

Alguns desafios surgiram durante a intervenção, como a necessidade de a associação ter uma sede própria, pois isso representa autonomia e menos dependência do serviço; espaços para escuta e acolhimento diante situações de crise e angústia na militância política; a escolha do método da realização da FPSM se deve observar que esse não reproduza relações de opressão e desânimo na participação.

As avaliações realizadas em todos os encontros foram cruciais para manter a frequência, assiduidade e motivação, pois possibilitou ajustar e melhorar os encontros. Logo, as avaliações podem ser realizadas de modo processual para garantir flexibilidade no processo. Assim, foi manifestado pela

associação que o conhecimento é também político, é terapêutico, organizador e mobilizador de processos de transformação social e, também que a FPMS é um espaço que deve propiciar o sentimento de ser escutado(a), acolhido(a) e estabelecer relações de confiança, respeito e engajamento.

4.1 Limitações do Estudo

O estudo é um relato de experiência e sua limitação consiste em uma vivência única e singular e que outras matrizes podem ser construídas a partir de métodos diferentes. Também reflete-se que a atividade foi realizada on-line em período pandêmico e que ficou ausente critérios avaliativos que pudessem demonstrar resultados diferentes para uma atividade presencial. Reforça-se que há produção escassa sobre o objeto de estudo relatado para ampliar as discussões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi desenvolvido uma matriz de formação política com a Associação dos Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial II a partir de uma intervenção clínica por estudantes de psicologia para atender requisito avaliativo de disciplina acadêmica. Enfatiza-se que, embora a matriz tenha sido desenvolvida especificamente para o campo da saúde mental, esta poderá servir de inspiração para outros campos que se pretenda preparar para a participação social e política em outros setores da sociedade. Salienta-se que a formação política é necessária para a organização da sociedade civil e existe uma carência de oferta desse tipo de planejamento e preparo.

Essa matriz de FPSM faz parte de processos de empoderamento, em especial, para a participação social, controle social e militância política. Os tópicos e subtópicos descritos possuem a função de ponto inicial para um planejamento de conjunto para uma FPSM. Salienta-se que o método utilizado seguiu uma proposta acadêmica e que outros métodos podem ser utilizados.

A intervenção possibilitou a ampliação da discussão e trouxe a tona desafios como a necessidade de a associação realizar um planejamento estratégico para que os(as) associados sintam-se pertencentes e identificados com a entidade e ter um plano de ação; luta para ter sede própria; espaços de

acolhimento devido a crises psíquicas provocadas pelo acirramento e tensionamento que os embates políticos possam gerar.

Conclui-se que a intervenção contribui para a comunidade acadêmica um relato de experiência inovador e que possa inspirar projetos de ensino, pesquisa e extensão que aproximem ainda mais a relação ensino-serviço, a sociedade civil organizada e o Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n 13.019 de 31 de julho de 2014**: Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n^os 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei n^o 13.204, de 2015). Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm

Acesso em: 22 fev de 2023

CORONEL, L. Grupos de Reflexão. *In*: OSORIO, L.; ZIMERMAN, D. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 345-349.

DIEHL, R., MARASCHIN, C., TITTONI, J. Ferramentas para uma psicologia social. **Psicologia em Estudo [online]**, v. 11, n. 2, p. 407-415, 2006 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200020> Acesso em: 2 Out 2021

RODRIGUES, J.; BROGNOLI, F. F; SPRICIGO, J. S . Associação dos usuários de drogas de um Centro de Atenção Psicossocial: desvendando sua significação. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, p. 240-245, 2006.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000200007> Acesso em: 22 fev de 2023

RODRIGUES, J.; PERES, G. M. Formação política do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 4, p. 22, 2012.

RODRIGUES, J.; SPRICIGO, J. S.; VASCONCELOS, E. M.; SANTOS, S. M. A. . Formação política dos integrantes de uma associação de usuários de saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 2, p. 213-224, 2011.

SOUSA, A. M.; RODRIGUES, J.; SCHIOCHET, M. A Experiência da Enlourescer: Associação de Familiares, Amigos e Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Blumenau. **Cadernos Brasileiro de Saúde Mental**, v. 12, p. 72-87, 2020.

VASCONCELOS, E M. **O poder que brota da dor e da opressão**: empowerment, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

VASCONCELOS, E. M. Perfil das organizações de usuários e empoderamento de usuários, familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 1, p. 1000:3933-1-PB, 2009.

VASCONCELOS, E. M.; RODRIGUES, J. Organização de usuários e familiares em saúde mental no Brasil: uma contribuição para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersectorial. *In*: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 141-162.